

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de Saúde  
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 22 de abril de 2022

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Grupo de Trabalho para avaliação do alargamento dos programas de acesso à procriação medicamente assistida e promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas, nomeado pelo Despacho n.º 1619-A/2021, de 10 de fevereiro, e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

O acesso a procedimentos de procriação medicamente assistida é historicamente problemático em Portugal. Desde sempre existiram tempos de espera muito elevados, em alguns casos bem superiores a um ano. Esta situação é especialmente problemática quando se sabe que a variável tempo é determinante, seja para o acesso, seja para o sucesso destas técnicas. Para o acesso porque existe um limite de idade para o início de procedimentos, para o sucesso porque quanto mais tarde se iniciarem as técnicas de PMA, menor é a probabilidade de gravidez.

Os tempos de espera agravaram-se significativamente com a pandemia e com todas as consequências que ela trouxe na suspensão de atividade programada, mobilização de profissionais e recursos para atividade covid, redução de atividade presencial, entre outros aspetos.

Segundo o inquérito sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na atividade de PMA levado a cabo pelo Conselho Nacional de PMA, registou-se, no período entre 8 de março e 15 de agosto de 2020:

- Uma redução da atividade, na maioria dos centros, entre os 75 e os 100%, “estimando-se que possam ter sido cancelados/adiados aproximadamente 2900 ciclos;
- no caso dos centros públicos, a estimativa é de que a suspensão ou redução da atividade em PMA se repercute em até 8 meses adicionais de tempo de espera;
- quando comparada a atividade registada pelos Centros de PMA em 2020 com os últimos anos no período homólogo (de março a agosto), verifica-se uma quebra brutal da atividade assistencial, com uma variação no último ano de -48% no sector público e de -33% no sector privado.
- a moratória de 6 meses concedida para garantir o direito de acesso aos tratamentos programados a todas as beneficiárias que, por força da perturbação da atividade dos Centros, ultrapassaram o limite de idade para acesso aos tratamentos de PMA, revela-se agora claramente insuficiente para alcançar a recuperação da capacidade de resposta, em particular no sector público”.

Se esta situação era já muito grave durante o período inicial da pandemia, tornou-se ainda pior durante o restante ano de 2020 e todo o ano de 2021. Sabe-se hoje que o tempo médio de espera aumentou em pelo menos seis meses face há um ano e que o Banco Público de Gâmetas está ainda a responder a pedidos com um atraso de três anos e meio.

Lembramos mais uma vez que o aumento do tempo de espera e que esta enorme demora na resposta do Banco Público de Gâmetas estará a fazer com que muitas mulheres já não possam sequer aceder à PMA porque já atingiram a idade limite para o poder fazer. Essa é uma situação cruel e intolerável. O SNS pode e deve ter condições para uma resposta rápida a todas as solicitações para procriação medicamente assistida. De resto, há muito que o diagnóstico de necessidades está feito, mas falta sempre a vontade política e o investimento público.

O anterior Governo, em vez de implementar as medidas políticas que permitiriam reforçar o número de dadores, de locais de colheita, de centros de PMA em hospitais públicos e de capacidade desses mesmos centros, decidiu, mais uma vez, constituir um Grupo de Trabalho para “apresentar propostas no sentido de melhorar o acesso à procriação medicamente assistida, bem como a promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas” e, mais uma vez, deixou na gaveta as conclusões desse grupo de trabalho.

Este grupo de trabalho, nomeado por despacho em fevereiro de 2021, terá entregado o seu relatório final ao Governo em maio de 2021, mas até agora nada se concretizou e nenhum feedback foi dado. Foi mais um ano perdido enquanto a situação global de acesso à PMA se deteriorou rapidamente.

É porque esta situação não se pode perpetuar e porque, de uma vez por todas, as medidas de investimento público e de reforço da resposta do SNS na área da PMA têm de sair da gaveta onde o Governo as insiste em colocar, que o Bloco de Esquerda considera urgente que se conheçam as conclusões do grupo de trabalho nomeado pelo Governo e que se saibam as razões pelas quais estas conclusões continuam desconhecidas e ignoradas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com caráter de urgência, do Grupo de Trabalho para avaliação do alargamento dos programas de acesso à procriação medicamente assistida e promoção de doações ao Banco Público de Gâmetas, nomeado pelo Despacho n.º 1619-A/2021, de 10 de fevereiro, e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

A Deputada do Bloco de Esquerda,  
Catarina Martins